



## DECLARAÇÃO

- 1 – ANTERO LUÍS PEREIRA DA SILVA**, titular do B.I. nº 1451071-5, residente na Av. das Túlipas, 37 - 1º dto. – Miraflores – 1495-161 ALGÉS, na qualidade de representante legal da **BABCOCK & WILCOX PORTUGAL, SA.**, Contribuinte nº 501 520 791, com sede na Praça dos Restauradores, 78 – 1º - 1250-188 LISBOA, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste Directo nº 044\_AJD\_SA\_17 para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CLORAGEM DA ETA DA MATA DO URSO”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 –** Declara também que executará o referido contracto nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
- b)** Proposta de Preço em conformidade com o modelo constante do **ANEXO II**;
  - b1)** Preços unitários que concorrem para a formação do preço global;
  - c)** Memória descritiva do modo de execução da prestação de serviços;
- 3 –** Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 –** Mais declara, sob compromisso de honra, que:
- a)** Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
  - b)** Os titulares dos órgãos sociais de administração não foram condenados por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
  - c)** Os titulares dos órgãos sociais de administração não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
  - d)** Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
  - e)** Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

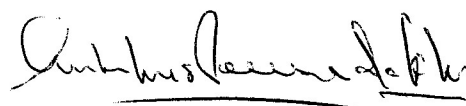


- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 no artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no nº 1 do artigo 460º do presente Código;
  - g) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do nº 1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
  - h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal;
  - i) Os titulares dos órgãos sociais de administração não foram condenados por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes:
    - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do artigo 2º da Acção Comum nº 98/773/JAI, do Conselho;
    - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº 1 do artigo 3º da Acção Comum nº 98/742/JAI, do Conselho;
    - iii) Fraude, na acepção do artigo 1º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
    - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva nº 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
  - j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contractos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contractos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contractos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o ANEXO II do do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 4 desta declaração



- 7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a Proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contractos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contractos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 8 de Agosto de 2017



**ANTERO LUÍS PEREIRA DA SILVA**